

**FAMÍLIA E FRONTEIRA NO  
BRASIL COLONIAL**

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

*Presidente do Conselho Curador*

Mário Sérgio Vasconcelos

*Diretor-Presidente / Publisher*

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

*Superintendente Administrativo e Financeiro*

William de Souza Agostinho

*Conselho Editorial Acadêmico*

Luís Antônio Francisco de Souza

Marcelo dos Santos Pereira

Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen

Paulo Celso Moura

Ricardo D'Elia Matheus

Sandra Aparecida Ferreira

Tatiana Noronha de Souza

Trajano Sardenberg

Valéria dos Santos Guimarães

*Editores-Adjuntos*

Anderson Nobara

Leandro Rodrigues

ALIDA C. METCALF

**FAMÍLIA E FRONTEIRA NO  
BRASIL COLONIAL**

SANTANA DE PARNAÍBA, 1580-1822

Tradução

Igor Machado de Lima

Ludmila de Souza Maia



editora  
**unesp**

© 2024 Editora Unesp

Título original: *Family and Frontier in Colonial Brazil:  
Santana de Parnaíba, 1580-1822*

Direitos de publicação reservados à:  
Fundação Editora da Unesp (FEU)  
Praça da Sé, 108  
01001-900 – São Paulo – SP  
Tel.: (0xx11) 3242-7171  
Fax: (0xx11) 3242-7172  
www.editoraunesp.com.br  
www.livrariaunesp.com.br  
atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

---

P644m Metcalf, Alida C.

Família e fronteira no Brasil colonial: Santana de Parnaíba, 1580-1822 / Alida C. Metcalf; traduzido por Igor Machado de Lima, Ludmila de Souza Maia. – São Paulo: Editora Unesp, 2024.

Tradução de: *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5711-239-7

1. História do Brasil. 2. Brasil colônia. 3. História social. 4. Desenvolvimento econômico. 5. Relações sociais. I. Lima, Igor Machado de. II. Maia, Ludmila de Souza. III. Título.

2023-3588

CDD 300

CDU 3

---

SECRETARIA DE  
CULTURA E TURISMO



PREFEITURA DE  
SANTANA DE PARNAÍBA

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias  
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias

# SUMÁRIO

Lista de mapas, tabelas e imagens	7
Abreviações	11
Nota da tradução	13
Prefácio da autora	15
Uma observação sobre a moeda	17
Uma nota sobre ortografia	19
Introdução – As famílias e a fronteira na colonização das Américas	21
Capítulo 1 – Indígenas, portugueses e mamelucos: a colonização no século XVI em São Vicente	47
Capítulo 2 – Vila, reino e sertão	71
Capítulo 3 – As origens das classes sociais	101
Capítulo 4 – Famílias de proprietários agrícolas	127
Capítulo 5 – Famílias da população pobre livre	173
Capítulo 6 – Famílias dos escravizados	213
Conclusão – Famílias e fronteira na independência	263
Anexo – Nota sobre fontes primárias e metodologia	275
Bibliografia	281
Índice remissivo	305



# LISTA DE MAPAS, TABELAS E IMAGENS

## Mapas

1. Vila de Santana de Parnaíba . . . . .	37
2. São Vicente na era das bandeiras . . . . .	78
3. São Paulo na era do ouro . . . . .	91
4. Vilas do estado de São Paulo no período colonial . . . . .	98

## Tabelas

3.1. População das principais vilas de São Vicente, 1676 . . . . .	105
3.2. Mortes por grupos sociais, paróquia de Araçariguama, 1720-1731 . . . . .	116
3.3. Duas economias agrícolas: renda das safras por classe de agricultor, 1798. . . . .	119
3.4. Posse de terra por classe de agricultor, 1775. . . . .	119
3.5. O centro da vila em 1798 . . . . .	123
3.6. Raça e classe em Parnaíba, 1820 . . . . .	124
4.1. Divisão dos bens de Mariana Pais, 1740 . . . . .	151
4.2. Composição do patrimônio das famílias de proprietários agrícolas, século XVIII . . . . .	152
4.3. Padrões de povoamento dos descendentes dos fundadores de Parnaíba . . . . .	159
4.4. Padrões de povoamento dos descendentes de Mariana Pais, tataraneta dos fundadores de Parnaíba . . . . .	159
4.5. Os proprietários agrícolas de Parnaíba . . . . .	164
5.1. Padrões de uso da terra pelos pobres livres, 1775 . . . . .	186

5.2. Padrinhos e madrinhas de crianças de famílias pobres livres . . . . .	197
5.3. Domicílios chefiados por homens e mulheres, população pobre livre, 1820 . . . . .	203
5.4. Estrutura familiar rural e urbana, população pobre livre, 1820 . . . .	205
5.5. Domicílios chefiados por mulheres, população pobre livre, 1775 e 1820. . . . .	207
6.1. Escravizados em Parnaíba, 1820. . . . .	223
6.2. Taxa bruta de casamentos, população livre e escravizada . . . . .	228
6.3. Casamentos de escravizados, paróquia de Santana, 1726-1820 . . . .	228
6.4. Famílias escravizadas em três grandes propriedades, década de 1740 . . . . .	232
6.5. Padrinhos de crianças escravizadas . . . . .	256
6.6. Crimes pelos quais escravizados foram presos . . . . .	258
6.7. Vítimas de crimes violentos cometidos por escravizados. . . . .	258

## Figuras

4.1. Divisão dos bens do casal após a morte de um homem casado com três filhos . . . . .	140
4.2. Divisão dos bens do casal após a morte de um homem casado com um herdeiro favorecido . . . . .	141
5.1. Famílias nucleares em relação a todos os domicílios dos pobres livres ao longo do ciclo familiar, 1775 . . . . .	191
5.2. Produção agrícola dos pobres livres por tipo de domicílio, 1775 . . .	192
5.3. Produção agrícola das famílias nucleares dos pobres livres, 1775 . .	193
6.1. Escravizados do reverendo Francisco Lopes Sá, 1798 . . . . .	218
6.2. Famílias de escravizados do reverendo Francisco Lopes Sá . . . . .	219
6.3. Pirâmide etária da população escravizada, 1820 . . . . .	224
6.4. Escravizados solteiros, casados e viúvos por idade, 1820. . . . .	238
6.5. Modelo de Gutman do ciclo familiar de escravizados . . . . .	244

## Pranchas

1. Capela de Nossa Senhora da Conceição, século XVII. Vuturuna, Santana de Parnaíba . . . . .	167
2. Igreja feita de pau a pique, Areias (São Paulo), século XVII. Lápis aquarelado de Thomas Ender, 1817 . . . . .	167

3. Indígenas capturados no sertão. Litografia de Jean-Baptiste Debret, início do século XIX ..... 168
4. Fazendo guerra contra os indígenas do sertão. Debret, início do século XIX ..... 168
5. Mulheres guaranis indo à missa. Debret, início do século XIX .... 169
6. Interior simples da casa de uma família rica na cidade de São Paulo. Lápis aquarelado de Thomas Ender, 1817 ..... 170
7. Casas de taipa de pilão, século XVIII, Santana de Parnaíba ..... 170
8. Queimando a floresta virgem, meados do século XIX, São Paulo .. 171
9. Mulheres pobres: fiandeiras e costureiras. Lápis aquarelado de Thomas Ender, 1817 ..... 171
10. Casamento de escravizados em um domicílio rico. Debret, início do século XIX ..... 172
11. Escravizados castigados nos troncos. Debret, início do século XIX .. 172



# ABREVIações

As seguintes abreviações são utilizadas nas citações:

## Arquivos

ACDJ	Arquivo da Cúria Diocesana de Jundiá
ACMSP	Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa
AN	Arquivo Nacional, Rio de Janeiro
Apesp	Arquivo Público do Estado de São Paulo
ATT	Arquivo da Torre do Tombo, Lisboa

## Coleções de documentos manuscritos

IPO	Inventários do Primeiro Ofício, Apesp
IT	Inventários e Testamentos, Apesp
LP	Livros de Parnaíba, Apesp
MP	Mapas de População, Apesp
LPS	Livros Paroquiais de Santana de Parnaíba, ACDJ

## **Coleções de documentos publicados**

- IT* *Inventários e testamentos*, Departamento do Arquivo Público do Estado de São Paulo
- DI* *Documentos interessantes*, Departamento do Arquivo Público do Estado de São Paulo
- Boletim*, Departamento do Arquivo Público do Estado de São Paulo
- Sesmarias*, Departamento do Arquivo Público do Estado de São Paulo

## NOTA DA TRADUÇÃO

Em virtude da obra original e do seu diálogo historiográfico com as tradições norte-americana (do famoso trabalho de Frederick Jackson Turner)<sup>1</sup> e brasileira (da importante obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e fronteiras*),<sup>2</sup> decidimos utilizar o termo “fronteira” – que em Bluteau (1728)<sup>3</sup> e Moraes (1789)<sup>4</sup> tinha o significado de limite, confim. Por vezes, a palavra “sertão” também foi escolhida para traduzir *frontier*, quando esta se referia a região selvagem (*wilderness*). Outro conceito presente na obra é o de classe, devido à concepção da autora sobre a maior mobilidade nas hierarquias sociais na Santana de Parnaíba colonial.

Uma palavra cujo sentido mudou na versão em português foi *peasant*, a qual escolhemos traduzir por “população pobre livre”, termo mais próximo do debate historiográfico brasileiro, principalmente por se distanciar de “camponês”, mais relevante para falar da realidade europeia.<sup>5</sup> Nesse grupo social estavam os roceiros, importantes naquela sociedade – o termo se encontra nos censos, e, na contemporaneidade, eles costumam ser chamados de trabalhadores agrícolas. Por sua vez, *planters* foi traduzido como “proprietários agrícolas”, devido ao caráter agrário da sociedade de Santana de Parnaíba, assim como à diversidade dos seus membros, proprietários de pessoas escravizadas e de terras, e ao fato de serem a classe privilegiada em termos de riqueza e *status*.

---

1 Turner, *The Frontier in American History*.

2 Holanda, *Caminhos e fronteiras*.

3 Bluteau, *Vocabulário portuguez e latino*, v.4, p.219.

4 Moraes, *Diccionario da lingua portugueza*, v.2, p.62.

5 Sobre o debate a respeito da população pobre livre, ver Samara, *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano. Itu (1780-1830)*, p.13-53.

As transformações e as permanências dos termos traduzidos foram escolhas realizadas pela autora e pelos tradutores com o intuito de aproximar o texto dos debates historiográficos brasileiros, sem, no entanto, modificar totalmente o significado do texto e do debate do trabalho produzido tempos atrás.

## PREFÁCIO DA AUTORA

É uma honra apresentar esta obra a um público leitor falante de português. Embora tenha sido escrita há muitos anos, ela continua sendo um trabalho relevante e útil, dados o interesse e a importância da história social no Brasil. Há muito tempo, meu desejo era publicar esta obra em português, mas os desafios de conseguir uma tradução clara e agradável eram até então insuperáveis. A tarefa de traduzir nunca é fácil, e questões referentes a vocabulário e contexto a tornam especialmente problemática para o historiador. Este livro foi possível graças à dedicação de Igor Machado de Lima, que me incentivou a enfrentar os obstáculos, bem como de Ludmila de Sousa Maia, que me encorajou a terminá-lo. Ambos são excelentes historiadores e escritores. Os seus conhecimentos históricos e a sua compreensão do ofício de escrever história facilitaram a superação dos desafios da tradução. Trabalhei com cada um dos tradutores para garantir que minhas observações originais fossem representadas de forma clara e precisa em cada parágrafo da tradução. Uma vez nas mãos da Editora Unesp, a cuidadosa revisão de sua equipe levou a esta versão final. Agradeço imensamente todo esse trabalho de tradução, que resultou neste livro que é tão bom quanto o original (se não ainda melhor!).

A importância deste livro é seu estudo detalhado da outrora vila rural de Santana de Parnaíba, localizada a oeste da cidade de São Paulo. Antigamente abrangendo um grande distrito que incluía as quatro paróquias de Santana, Araçatiguama, São Roque e Barueri, centenas de fontes dessa vila sobreviveram, possibilitando a elaboração de uma história social detalhada ao longo de duzentos anos. Usando as metodologias da demografia histórica e da história social, bem como técnicas de análise quantitativa e vinculação de registros nominiais, este estudo capta as mudanças fundamentais que ocorreram ao longo do tempo.

Essa história é relevante não pelo fato de Santana de Parnaíba ter desempenhado um papel importante na história do Brasil, tampouco pelo fato de

peças importantes terem vivido lá. Na verdade, é na obscuridade e na normalidade dessa vila rural que se encontram as chaves para entender como as famílias sobreviveram no Brasil colonial. Como o leitor verá, a vida familiar e comunitária se desenvolveu em relação à vasta região do sertão brasileiro colonial. A importância da fronteira para a compreensão da vida em Santana de Parnaíba emergiu quando eu trabalhava cuidadosamente com a vasta documentação dessa vila. Essa não era minha hipótese original. E essa abordagem do historiador – deixar os documentos falarem – é uma das partes mais importantes e empolgantes da profissão. À medida que os documentos falam, nossa compreensão do passado muda, assim como as perguntas que fazemos aos documentos também mudam nossa compreensão deles.

A pesquisa original foi financiada por uma bolsa da Fulbright e do Social Science Research Council (EUA), e meus agradecimentos completos podem ser encontrados na publicação original. Aqui, gostaria de destacar apenas mais alguns. Eni de Mesquita Samara, que já nos deixou e cujo trabalho inicial sobre agregados e mulheres foi fundamental, era uma amiga e colega muito querida. Sentimos muito a sua falta. Também sou grata a Robert Slenes, cujo trabalho sobre a demografia da escravidão brasileira e sua colegialidade me influenciaram profundamente. Jamais poderia esquecer a dedicação de Inês da Conceição Inácio e Wilma Gomes da Silva, que passaram longas horas comigo nos arquivos. Meus colegas da Unicamp, especialmente Silvia Lara, Lucilene Reginaldo e Ricardo Pirola, têm me apoiado enormemente em estudos comparativos e colaborativos. Graças a Joice Oliveira, todos os meus documentos de pesquisa retornaram a Santana de Parnaíba e podem ser consultados no Centro Histórico. Sou muito grata à Rice University por apoiar o trabalho de tradução desta publicação. Também estou muito feliz que a Editora Unesp esteja publicando este livro, pois eu era professora visitante no *campus* de Assis quando finalmente concluí a pesquisa para esta obra. Lamento muito que Anna Maria Martinez Corrêa, que me recebeu no câmpus de Assis da Unesp com grande amizade, não esteja mais entre nós. Em nossa última visita, ela e Jacy Barleta me inspiraram a fazer a tradução deste livro. Como sempre, agradeço a meus colegas, alunos e amigos brasileiros, que me ajudaram a entender o passado do país, o que, por sua vez, me permitiu compreender mais profundamente a história das Américas. E, para encerrar, espero que este livro seja útil e que ajude a manter vivo o estudo das raízes coloniais do Brasil moderno.

Houston, 2023

## UMA OBSERVAÇÃO SOBRE A MOEDA

A moeda oficial no Brasil colonial era o real, embora circulassem muitas outras moedas, bem como ouro em pó. A quantia de mil reais, ou um mil réis, era escrita da seguinte forma: 1\$000. Para evitar confusão no texto, substituí o \$ por um ponto, de modo que a grafia 1\$000 se torna 1.000 reais. Embora seja difícil fornecer equivalentes modernos significativos, um valor comparativo pode ser útil para o leitor: no século XVIII, uma pessoa escravizada forte no auge de seus anos de trabalho valia entre 100.000 e 150.000 reais.



## UMA NOTA SOBRE ORTOGRAFIA

A língua portuguesa passou por várias reformulações para padronizar a ortografia. Isso traz dificuldades para os historiadores, pois a grafia moderna aceita para os nomes próprios difere daquela dos documentos coloniais. Além disso, os tabeliães que escreviam e transcreviam esses documentos geralmente usavam sua própria grafia. E, para complicar ainda mais as coisas, as pessoas geralmente tinham vários nomes de família, os quais nem sempre foram registrados nos documentos. Adotei o uso moderno padrão para figuras históricas e lugares proeminentes – por exemplo, Santana de Parnaíba –, independentemente de como foram grafados nos documentos. Embora nas edições originais em inglês deste livro eu não tenha modernizado os nomes de pessoas comuns, nesta tradução seguimos o exemplo dos historiadores brasileiros e usamos a grafia moderna dos nomes.



# INTRODUÇÃO

## AS FAMÍLIAS E A FRONTEIRA NA COLONIZAÇÃO DAS AMÉRICAS

Este livro narra a história de pessoas comuns que viviam de maneira simples em quatro paróquias adjacentes que formavam uma vila numa área rural do Brasil Meridional. Embora raramente os historiadores tenham se interessado por essas pessoas, que em sua maioria eram escravizados e pequenos proprietários, elas influenciaram fortemente a colonização dessa região do país, onde hoje se encontra São Paulo. Pela forma como viveram, que era despreziosa e sem constrangimento, desenvolveram certos modos de vida que moldaram diretamente o caráter da sociedade em que eles e os seus descendentes viveram.

A herança das condições econômicas e dos modos culturais, passada de geração para geração na comunidade de Santana de Parnaíba – desde o tempo em que os portugueses chegaram à costa do Brasil, em 1500, até o nascimento da nação brasileira, em 1822 –, é o tema deste livro. Santana de Parnaíba serve como um excelente microcosmos para entender como as famílias sobreviviam no Brasil colonial. Passadas pela vida familiar para as gerações seguintes, suas estratégias familiares tornaram-se uma herança cultural que moldou a comunidade e o desenvolvimento da fronteira ocidental. Dada a expansão contínua da fronteira agrícola na direção da Bacia Amazônica contemporânea, as estratégias de sobrevivência daquelas pessoas nos séculos XVII e XVIII explicam por que estratégias similares continuaram a ser usadas pelos seus descendentes no Brasil atual.

Defendo que as estratégias das famílias em relação ao sertão são essenciais para entender a colonização dessa região do Brasil. Essa relação ajuda a explicar o processo de colonização, além de ser uma das chaves para compreender as origens da estratificação social. O poder e a riqueza nessa região advinham

do sertão, mas nem todos tinham o mesmo acesso a ele. Dessa forma, essas famílias e classes sociais que controlavam o desenvolvimento e a exploração do sertão passaram a dominar a região econômica e politicamente.

Em Santana de Parnaíba, o processo de colonização ocorreu em três fases distintas. Na primeira, Santana de Parnaíba era uma fronteira: ficava entre o sertão, a oeste, e a vila de São Paulo, a leste. Quando os primeiros povoadores vieram de São Paulo e começaram a se estabelecer na região, no final do século XVI, surgiu uma sociedade que misturava os modos de vida indígena e português. Embora não fosse uma sociedade igualitária, havia, contudo, uma fluidez, e a mobilidade social era possível para os descendentes dos portugueses que conseguissem adquirir terras e indígenas escravizados provenientes do sertão. Depois de Santana de Parnaíba tornar-se uma vila, no início do século XVII, ela serviu como ponto de partida em direção a oeste. No decorrer do século XVII, os homens de Santana de Parnaíba, e apenas ocasionalmente as mulheres, rumaram ao sertão em busca de riquezas.

A vila cresceu e se tornou uma comunidade mais complexa no século XVIII, entrando numa segunda fase, em que as classes sociais começaram a emergir. Uma economia comercial baseada no cultivo agrícola criou raízes no local, bem como investimentos no comércio e na mineração, e a influência das populações indígenas diminuía. A escravidão permanecia presente e inquestionável, mas os africanos substituíram os escravizados indígenas nas propriedades agrícolas. Como no primeiro estágio, os moradores da vila que tinham êxito em explorar o sertão conquistavam e/ou continuavam detendo a riqueza e o poder em Santana de Parnaíba. O sertão continuava sendo crucial para o sucesso econômico e social na vila.

Na terceira fase desse processo, Santana de Parnaíba perdeu seus laços com o sertão e decaiu, enquanto as vilas mais a oeste, muitas das quais fundadas por homens e mulheres de Santana de Parnaíba, floresceram. Nesse estágio, Parnaíba manteve uma comunidade estratificada, com um número pequeno de proprietários agrícolas donos de pessoas escravizadas e um número crescente de pequenos lavradores que não possuíam escravizados. Por fim, a região caiu na obscuridade e tornou-se dependente de São Paulo, que estava crescendo. Esse terceiro estágio começou nos primeiros anos do século XIX na paróquia central da vila e mais tarde espalhou-se pelas outras paróquias mais afastadas, continuando ao longo do século, à medida que a fronteira do café avançava em direção ao oeste. No século XX, Santana de

Parnaíba entrou em um quarto momento, configurando-se como uma região que se incorporava de forma crescente à Grande São Paulo. A população cresceu à medida que trabalhadores da cidade de São Paulo procuravam ali moradias mais baratas, ao mesmo tempo que ricas famílias construíam suas casas de veraneio na região. No século XXI, é provável que Santana de Parnaíba se torne mais um subúrbio da metrópole paulistana.

Em cada fase de desenvolvimento, a relação entre as famílias e o sertão teve um importante papel na configuração do estilo de vida dos indivíduos e na estruturação dos contornos da vida da comunidade. As estratégias de sobrevivência que as famílias adotaram consciente ou inconscientemente acabaram afetando o modo como elas percebiam o sertão, criavam seus filhos e filhas, dividiam suas propriedades e cultivavam suas terras. Muitas dessas atitudes se formaram no primeiro estágio da colonização, quando as famílias se adaptaram e experimentaram formas de sobrevivência. Uma dessas atitudes era a crença de que o sertão fornecia as riquezas de que os indivíduos e as famílias necessitavam para sobreviver. Essa posição se desenvolveu durante o primeiro momento da colonização e continuou a caracterizar a vida nas próximas fases de desenvolvimento da região por conta da proximidade do sertão.

A história do sertão do Brasil possui muitos aspectos em comum com a história da fronteira nos Estados Unidos. De fato, a obra mais influente sobre o papel da fronteira na história norte-americana descreve algumas das mesmas características da fronteira brasileira. Em 1893, o memorável artigo de Frederick Jackson Turner, “The Significance of the Frontier in American History”, argumentou que os Estados Unidos eram diferentes da Europa por causa de sua fronteira, o ponto de encontro entre o sertão habitado pelos povos originários e a população europeia que se expandia.<sup>1</sup> A existência da fronteira e a sua contínua colonização pelo avanço de levadas sucessivas de colonizadores era, na visão de Turner, o que tornava os Estados Unidos únicos. Nos primeiros povoados ao longo da costa do Atlântico, os colonizadores reproduziram muito da cultura europeia, mas, com o avanço para o oeste, eles tiveram que se adaptar ao sertão e ser transformados por ele a fim de eventualmente dominá-lo. Nas palavras de Turner: “Indo em direção ao oeste, a fronteira tornou-se cada vez mais norte-americana. Então, o

---

1 Turner, *The Frontier in American History*.

avanço da fronteira significou um constante crescimento da independência norte-americana. E estudar esse avanço [...] significa estudar realmente a verdadeiramente norte-americana da nossa história”.<sup>2</sup> Para Turner, a parte da história dos Estados Unidos “verdadeiramente norte-americana” foi o crescimento do individualismo e da democracia na fronteira, e esses valores formaram a base do nacionalismo do país. A tese de Turner foi desenvolvida<sup>3</sup> e criticada<sup>4</sup> por muitos historiadores que o sucederam, mas o seu trabalho ainda instiga discussões atuais por conta das questões que ele levantou e temas que abordou.

Historiadores brasileiros como Sérgio Buarque de Holanda também destacaram a fronteira como um fator-chave no desenvolvimento brasileiro.<sup>5</sup> À semelhança do que ocorreria na América do Norte, o Brasil começou com alguns povoados na costa do Atlântico, atrás dos quais se estendia um vasto e, ao menos para os colonos, desconhecido sertão. O Brasil se expandiu para o oeste, devastando as terras indígenas e criando uma nova e distinta cultura brasileira. O desenvolvimento do Brasil dependeu das terras e dos recursos pouco custosos do sertão. No entanto, havia uma grande diferença, pois, no caso do Brasil, a fronteira raramente estimulou uma cultura democrática ou individualista. Enquanto atualmente muitos historiadores norte-americanos questionam se a fronteira nos Estados Unidos realmente fomentou a democracia ou o individualismo,<sup>6</sup> o contraste com o Brasil é impressionante. No nordeste brasileiro, as enormes fazendas de gado de fato colonizaram o sertão e concentraram imensas extensões de terras nas mãos de poucos. Na região sul, os senhores dos engenhos de açúcar e das fazendas de café procuraram florestas virgens para derrubá-las e transformá-las em grandes propriedades agrícolas que empregariam mão de obra escravizada. Apenas poucas

---

2 Ibid., p.4.

3 Billington; Ridge, *Westward Expansion: A History of the American Frontier*.

4 Ver Billington (Org.), *The Frontier Thesis: Valid Interpretation of American History?*, para visões emblemáticas sobre o debate a favor da tese de Turner e contra ela.

5 Holanda, *Caminhos e fronteiras*; id., *Monções*.

6 Ver Billington, *The Frontier Thesis*, bem como Schieber, “Turner’s Legacy”; Putnam, “The Turner Thesis and Westward Movement: A Reappraisal”; e Ridge, “Frederick Jackson Turner”, para três revisões em diferentes décadas dessa literatura e da controvérsia. Em “Turner, The Boltonians, and the Borderlands”, David Weber argumenta que a tese de Turner nunca influenciou muito os estudos sobre a fronteira do norte mexicano ou sobre a fronteira entre o México e os Estados Unidos, pois Turner – e seus alunos – falhou em abordar a questão da etnicidade na região.

regiões do sertão do Brasil foram colonizadas pelos pequenos proprietários rurais tão elogiados por Turner – as diligentes famílias empreendedoras que construíam suas propriedades no sertão pelo seu próprio esforço. Embora pequenos proprietários de fato tenham se mudado para o sertão brasileiro, eles raramente obtinham o título legal das terras que reivindicavam. Por conseguinte, quando o agronegócio chegou, ele expulsou os pequenos proprietários, os quais, por sua vez, mudaram-se para o oeste, tornaram-se meeiros ou migraram para a cidade.

Como demonstrarei, o sertão forneceu os recursos que permitiram a uma pequena elite, permitindo se formar e se tornar rica e poderosa em uma vila como Santana de Parnaíba. Por causa da maneira como essa elite percebia o sertão e o tornava parte integrante da sua vida familiar, sucessivas gerações das famílias de elite foram para a região, onde também encontraram recursos para enriquecer e se tornar poderosos em suas respectivas comunidades locais. Outros grupos sociais não se beneficiaram da mesma maneira desses recursos e tampouco conseguiram incorporar em suas vidas familiares as estratégias para desenvolver o sertão. Pequenos proprietários subsistiram naquela área, mas não o utilizaram para enriquecer, ao passo que as pessoas escravizadas não tinham a oportunidade de adquirir os recursos do sertão. Desse modo, a maneira como este se desenvolveu no Brasil é uma das raízes da desigualdade da sociedade brasileira que perdura até os dias atuais.

Uma segunda fonte de desigualdade da sociedade brasileira origina-se na vida familiar. Muitos historiadores da América Latina estão cada vez mais cientes de que a família, sobretudo a de elite, foi uma das forças mais poderosas da sociedade colonial. Ainda que as instituições políticas e econômicas tenham sido implantadas nas colônias pela Espanha e por Portugal, as famílias da elite nascidas na América conseguiram se infiltrar nessas instituições e utilizá-las em benefício próprio. Nesse processo, elas afetaram profundamente a própria natureza da sociedade colonial.

Depois da descoberta e conquista da América Latina, as colônias ofereciam muitas oportunidades para portugueses e espanhóis que conseguissem viajar rumo ao Novo Mundo. À medida que esses indivíduos se estabeleceram e posteriormente formaram famílias, eles começaram a se incomodar cada vez mais com as restrições impostas pela Espanha e por Portugal. A Espanha mantinha um rígido controle sobre suas colônias, com o intuito de tirar delas o máximo de receita possível. Essas regulamentações dificultavam as